

Serviço geológico e soberania

RENATA DA SILVA SCHMITT*

Nas últimas semanas o governo federal vem promovendo o dismantelamento da Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais (CPRM), através de medidas como o afastamento do presidente da empresa, empossado há apenas alguns meses, e o esvaziamento do escritório central no Rio, com a exigência de transferência imediata dos funcionários para Brasília. Esses acontecimentos são desconhecidos da sociedade, pois não são sequer noticiados pela imprensa. O que também se ignora é que exatamente agora a empresa finalmente conclua e proponha um projeto para que se tornasse oficialmente o Serviço Geológico e Hidrológico do Brasil, uma agência executiva fundamental para o desenvolvimento do país e o fortalecimento da soberania nacional. Com as modificações no setor mineral, entre elas o planejamento da criação de uma Agência Nacional de Mineração (ANM), a CPRM poderia, por fim, dedicar-se exclusivamente à pesquisa, função que desempenha há mais de três décadas, por meio das suas superintendências regionais em Belo Horizonte, Manaus, Porto Alegre, Salvador, Recife, Goiânia, São Paulo e Belém, suas residências em Fortaleza, Porto Velho e Teresina, e seu próprio escritório central, na Urca. A CPRM não precisaria mais desempenhar papel de empresa de mineração, mas aprofundar-se no de detentora do conhecimento geológico e hidrológico do território brasileiro, através da pesquisa exercida por

milhares de profissionais – geólogos, geógrafos, cartógrafos, hidrólogos, entre outros.

O crescimento de um país depende muito do conhecimento que tem dos seus recursos minerais. O Brasil é detentor de uma riqueza mineral extraordinária, incluídos aí grandes reservatórios naturais de água. Para tornar-se realmente um país desenvolvido, precisa dispor de recursos próprios que possam ser utilizados também em troca de outros por aqui escassos – e deve ainda buscar a independência com os recursos estratégicos, como os derivados de petróleo. Para dar condições aos brasileiros (de todas as classes sociais, e não só daquelas que podem “pagar” pela qualidade de vida), é mister investir na pesquisa básica, como a procura de água subterrânea no Nordeste, o planejamento ambiental das cidades e o mapeamento dos recursos naturais da Amazônia, ainda pouco conhecida por nós e a cada dia mais estrangeira.

O melhor exemplo da importância de um serviço geológico para o desenvolvimento de uma nação é o Serviço Geológico dos Estados Unidos (US Geological Survey), respeitado mundialmente e peça-chave na soberania daquele país.

As empresas de mineração têm interesses voltados para o lucro, naturalmente. Só um órgão público pode exercer essa função tendo em vista o bem-estar social e ambiental do país, além do crescimento econômico. O problema é que o fortalecimento da soberania e o desenvolvimento efetivo (econômico, social e político) do Brasil parecem não estar nas intenções do atual governo. Dessa maneira, a proposta de criação

do Serviço Geológico e Hidrológico do Brasil se choca com os objetivos do poder em Brasília.

Para os geólogos, profissionais que estudam a terra e seus recursos, a pobreza e a ignorância, grandes males do Brasil, são inexplicáveis diante de tanta riqueza natural. Algo está errado. Onde está o projeto de nação? E que projeto é esse que destrói o Serviço Geológico e Hidrológico?

Em agosto, o Rio de Janeiro sediará o 31º Congresso Internacional de Geologia, reunião tradicional e centenária, realizada pela primeira vez na América Latina, com a presença de mais de 7 mil profissionais de todo o mundo. Ironicamente, a CPRM é a grande organizadora do encontro, função que exerce em conjunto com a Sociedade Brasileira de Geologia e as universidades. Explicar aos pesquisadores de outros países que o Serviço Geológico do Brasil foi considerado dispensável será uma tarefa insólita.

Todavia, talvez isso não ocorra, se abirmos os olhos e defendermos a criação desse órgão. Essa defesa confunde-se com a defesa da nossa soberania. Será que algum dia o Brasil estará no grupo dos países desenvolvidos? Sem o conhecimento geológico e hidrológico do território, com certeza continuaremos na periferia. Ser a 10ª economia do mundo de nada vale, enquanto nossas cidades estiverem cercadas por cinturões de miséria e nosso território fadado ao abandono.

*Geóloga

Class	Origem	Documentação
4	23/2000	5B
	Pg	9